

INFORMAÇÃO

Registo	Data da Informação	Processo	Serviço emissor
Informação n.º 3135 / 2018	20/02/2018	2018/300.10.005/172	Contratação Pública

ASSUNTO: Escolha e início de procedimento

Exmo. Sr. Chefe da DAF,

Contratação: Aquisição de viatura ligeira de passageiros, nova

Código CPV: 34110000-1 Automóveis de passageiros, conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28.11.2007

Tipo de Procedimento – Consulta Prévia, valor contratual > € 20.000,00 e < € 75.000,00

I – Objeto da Proposta e Fundamentação da necessidade de contratar

De acordo com a informação n.º 2737 de 12/02/2018, com origem no serviço de Gestão de Frota de Máquinas e Viaturas, a qual segue em anexo e é parte integrante deste processo, constata-se a necessidade de iniciar um procedimento de contratação tem como objeto a aquisição de viatura ligeira de passageiros, nova.

Para a contratação em causa é proposto um prazo **de 15 dias** úteis a contar da data da celebração do contrato o qual é formalizado com o envio da requisição externa.

II – Valor Contratual e Preço Base

Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, e de acordo com o disposto no art.º 47.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação – Código dos Contratos Públicos, doravante designado por CCP, define-se como valor base para este procedimento **€ 29.270,00 (vinte e nove mil duzentos e setenta euros)**, acrescido de IVA à taxa legal, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando este como parâmetro base do preço contratual.

Em cumprimento do determinado no n.º 3 do artigo 47.º do CCP o preço base tem como fundamentação a pesquisa de mercado feita pelo serviço de Gestão de Frota de Máquinas e Viaturas.

III – Enquadramento Orçamental

A despesa inerente ao contrato a celebrar será satisfeita pela dotação da classificação orçamental 02/07010602 do Orçamento da Câmara Municipal de Sines, para o ano de 2018, conforme documento anexo - Requisição Interna n.º 201/2018, relativa ao cabimento prévio n.º 1304.

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

IV – Escolha do Procedimento

Dado que o valor contratual estimado está compreendido entre € 20.000,00 e € 75.000,00, propõe-se a adoção de um procedimento por consulta prévia (consulta a pelo menos três entidades), previsto na alínea b) do n.º 1 do art.º 16.º, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP.

V – Decisão de Contratar/Autorização da Despesa

Considerando que nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º e no art.º 38.º do CCP, a decisão de contratar, a autorização da despesa e a escolha do procedimento, cabem ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;

Atendendo a que nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP a escolha da consulta prévia permite a celebração de contratos de valor compreendido entre € 20.000,00 e € 75.000,00 e, considerando o valor previsto para o contrato de fornecimento em causa, solicita-se ao Sr. Presidente da Câmara, no uso de competência própria, estabelecida no art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do CCP, que:

- a) Autorize a contratação em causa e a adoção de um procedimento de consulta prévia;
- b) Autorize, nos termos do n.º 1 do art.º 113.º, o envio de convite à apresentação de proposta às entidades abaixo mencionadas, considerando que a sua escolha não viola o disposto no n.º 2 e no n.º 5, do mencionado artigo, conjugado com o n.º 1 do art.º 114.º do CCP:
 - Caetano Drive, Sport e Urban, S.A. - NIF 502245247;
 - Caetano Formula S.A. - NIF 500035121;
 - Caetano Technik - NIF 500112967;
- c) Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 40.º do CCP e para os efeitos previstos no n.º 2 do mesmo artigo, aprove as peças do procedimento, respetivamente o convite à apresentação de proposta e cadernos de encargos, conforme documentos em anexo;

VI – Nomeação do júri do procedimento

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do art.º 67.º do CCP designe o Júri do procedimento, cujo funcionamento e competências estão fixadas nos art.º 68.º e 69.º do referido diploma legal, propondo-se a seguinte composição:

- Miguel Falcão, Técnico Superior, na qualidade de presidente;
- Paulo Sobral, Encarregado Operacional, na qualidade de primeiro vogal efetivo que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Ana Palma, Técnica Superior, na qualidade de segundo vogal efetivo;
- Carlos Farto, Técnico Superior, na qualidade de primeiro suplente;
- Sandra Garcia, Assistente Técnica, na qualidade de segundo suplente.

Propõe-se ainda, nos termos do n.º 2 do art.º 69.º do CCP, a delegação de competência no júri para:

- a) Prestar esclarecimentos;
- b) Prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas;
- c) Assinatura de notificações obrigatórias no âmbito do procedimento, durante o período de exercício de funções do júri;
- d) Proceder à realização da audiência prévia dos concorrentes, salvo se for decidido que a mesma não se realize ou seja dispensada ao abrigo do art.º 124.º do Decreto – Lei n.º 4/2015, de 07.01 - Código do Procedimento Administrativo;

VII – Nomeação do gestor do contrato

Em cumprimento do determinado no art.º 290.º -A do CCP sugere-se o Encarregado Operacional do serviço de Gestão de Frota de Máquinas e Viaturas seja nomeado como gestor do contrato, tendo como função acompanhar permanentemente a execução deste.

VIII – Outras exigências legais

Nos termos do art.º 127.º do CCP a celebração deste contrato deverá ser publicitada no portal da Internet dedicado aos contratos públicos para que possa produzir os seus efeitos, nomeadamente para processamento do respetivo pagamento.

Considerando o disposto no n.º 2 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, o qual regulamenta a LCPA, nenhum compromisso poderá ser assumido sem a verificação prévia da existência de fundos disponíveis para o fazer. Nesta conformidade, atento o disposto no art.º 76.º do CCP deverá ser assegurada a existência de fundos disponíveis para efeitos de adjudicação.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP está dispensada a redução dos termos da adjudicação a escrito.

É quanto cumpre informar, à consideração superior,

O/A Assistente Técnico

Sandra Carla Rodrigues Garcia da Silva (7419)